certamente inscrito em algum certame, inclusive, convocando os demais inscritos, referente à paralisação dos julgamentos dos certames no Conselho Superior, o que com a chegada das eleições paralisaria ainda mais os julgamentos. Disse que replicou essa questão no grupo de rede social online do Conselho Superior, o qual, de forma diligente, foi esclarecido pela Secretária do Conselho Superior que, nos dois grupos, respondeu a questão informando que os julgamentos estão parados em razão do Edital 049/2018 (Promoção à 5ª PJ Criminal de Redenção), ainda se encontrar em análise na Corregedoria-Geral, devido impugnações. Participou que, após a informação, se iniciou uma discussão no grupo, com a sugestão de um membro de que o Conselho Superior fizesse os julgamentos de promoções de forma escalonada, de cima pra baixo, que ao ver do autor da proposta não implicaria nas entrâncias inferiores, inclusive, o Procurador-Geral de Justiça, que também estava participando da conversa, se mostrou simpático à sugestão, mas disse não poder afirmar, naquele momento, se a sugestão traria ou não prejuízos à antiguidade.

A Exma. Conselheira Secretária, Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho, esclareceu que acompanhou a discussão e se manifestou no grupo de que é necessária a realização de um estudo a respeito do assunto. Disse que, em conversa informal com os demais conselheiros, acha mais prudente primeiramente, realizar estudos e organogramas, para verificar qual será o impacto na prática, se vai impactar na antiguidade, considerando os critérios de alternância e a antiguidade. Informou que o Conselho Superior já se manifestou que não teria problemas, para julgar tanto à remoção entre Procuradores de Justiça quanto à promoção à 2ª instância, mas que entre à 1ª, 2ª e 3ª entrância ainda não tem posicionamento formado.

O Exmo. Jorge de Mendonça Rocha, Corregedor-Geral do Ministério Público, se manifestou concordando com a realização dos estudos, mas afirmou que a Corregedoria-Geral do Ministério Público, como sempre, procede ao andamento dos processos com muita preocupação, inclusive com o tempo, mas que não pode "atropelar", pois é necessária muita cautela e cuidado com a movimentação na carreira. Disse que a Corregedoria-Geral recebe, muitas vezes intempestivamente, manifestações, queixas, reclamações, encaminhamentos de pontuação, que necessitam de análise, e que devem ser despachados com deferimento ou não. Finalizou reiterando que todo o processo requer cuidado, observação e cautela.

O Egrégio Conselho Superior acatou a sugestão da Exma. Conselheira Secretária, Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho, e, à unanimidade, DECIDIU viabilizar o estudo, com as ponderações em uma próxima sessão.

A Exma. Conselheira Secretária, Dra. Rosa Maria Rodrigues Carvalho, informou ainda, que o Conselho Nacional do Ministério Público, na semana de 05 a 09/03/2018, irá utilizar o Plenário para realização de reuniões, propondo aos demais Conselheiros a transferência da 5ª Sessão Ordinária agendada para o dia 08/03/2018, para o dia 15/03/2018, informando ainda que será pautado no dia 15/03 o Edital nº 042/2018, certame de ascensão ao cargo de Procurador de Justiça.

O Egrégio Conselho Superior DECIDIU transferir a 5ª Sessão Ordinária, designada para o dia 08/03/2018, para o dia 15/03/2018. DELIBERAÇÕES – Após amplamente discutidos os assuntos constantes da pauta, conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, arquivada em pasta própria, o Conselho Superior tomou as seguintes decisões:

ITENS DA PAUTA:

Julgamento de Processos:

1.1. Processos de Relatoria da Conselheira ROSA MARIA RODRIGUES CARVALHO:

1.1.1. Processo nº 00205-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar indícios de improbidade administrativa ante a inexistência de pesquisa de preços, no Pregão Presencial nº 02/2009/CPL/PPE/SEVOP/PMM, cujo objeto era contratação de empresa de locação de veículos para a Superintendência de Desenvolvimento Urbano de Marabá-SDU.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, considerando que não ficou configurado qualquer ilegalidade ou irregularidade, ato de improbidade administrativa e não tendo a análise do GATI considerado a presença de indícios de má-fé por parte do gestor público, nem o mesmo sido feito pelo Promotor de Justiça, outro caminho não resta senão a promoção do arquivamento.

1.1.2. Processo nº 002237-034/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): L.O.C.

Origem: 2º PJ de Tailândia

Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade e maus-tratos de criança no Município de Tailândia.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento do feito, determinando seu arquivamento na Promotoria de Justiça de origem, como Procedimento Administrativo, nos termos dos §§ 3º, 4º, e caput do art. 13 da Resolução Nº 174/2017-CNMP, haja vista o Órgão

Colegiado não ter atribuição para apreciar feitos dessa natureza. 1.1.3. Processo nº 000204-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

Origem: 2º PJ de Canaã dos Carajás

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao pagamento da ajuda de custo e passagens ao paciente T.B.O., a qual faz uso de recurso de Tratamento Fora do Domicílio – TFD.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento do feito, determinando seu arquivamento na Promotoria de Justiça de origem, como Procedimento Administrativo, nos termos dos §§ 3º, 4º, e caput do art. 13 da Resolução Nº 174/2017-CNMP, haja vista o Órgão Colegiado não ter atribuição para apreciar feitos dessa natureza. DECIDIU ainda, que a Promotoria de Justiça de origem torne sem efeito a PORTARIA Nº 007/2017-MP/2ªPJCC, considerando que a promoção de arquivamento jamais será hipótese para abertura de Portaria, conforme a RECOMENDAÇÃO Nº 03/2017-MP/CGMP.

1.1.4. Processo nº 002961-921/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Matadouro Municipal de Abaetetuba

Origem: 4º PJ Promotoria Cível de Abaetetuba

Assunto: Apurar as condições de funcionamento do Abatedouro Municipal de Abaetetuba no que diz respeito às normas sanitárias e ambientais vigentes para a operação de empreendimentos voltados a essa finalidade.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, nos termos do art. 8º, inciso VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, considerando que o procedimento do Promotor de Justiça em arquivar o Inquérito Civil e após instaurar Procedimento Administrativo para fiscalizar o TAC é permissivo legal disciplinado na nova Resolução nº 179/2017/CNMP. Devendo o membro, comprovado a instauração da portaria do Procedimento Administrativo, arquivar o Inquérito Civil e permitir que a fiscalização do TAC seja procedida por intermédio de competente Procedimento Administrativo instaurado para este fim.

1.1.5. Processo nº 001957-477/2016

Requerente(s): Logar Nathascha de Almeida e Outros

Requerido(s): Eletrofácil Comércio de Móveis Ltda.

Origem: 1º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar prática de lesão contra o consumidor.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, convertendo-se o julgamento em diligências, imprescindíveis à decisão, devendo os autos ser remetidos ao Membro do Ministério Público que determinou seu arquivamento, consoante disposto no art. 23, §3º, inciso I, da Resolução nº 010/2011-CPJ, para verificar a possibilidade de ajuizar Ação Civil Pública em face da empresa ELETROFÁCIL COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. com fundamento na legislação consumerista haja vista a violação de direitos individuais homogêneos.

Ausência justificada do Exmo. Conselheiro, Dr. Francisco Barbosa de Oliveira nos itens 1.1.1 e 1.1.2.

1.2. Processos de Relatoria do Conselheiro FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA:

1.2.1. Processo nº 000165-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Adriano Floriano Vieira dos Santos

Origem: PJ de Óbidos

Assunto: Apurar denúncia de transporte ilegal de madeira

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do Inquérito Civil, uma vez que, o investigado não apenas subscreveu, como também cumpriu o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Órgão Ministerial local, bem como, houve também a devida atuação ministerial perante o Juízo de Direito Criminal da Comarca de Óbidos, conforme comprovado nos autos, neste contexto, outro destino não resta ao procedimento a não ser o seu arquivamento.

1.2.2. Processo nº 000230-344/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: PJ de Curuçá

Assunto: Apurar supostas irregularidades no funcionamento da E.E.F.M. Raimunda Sena da Silva.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento do feito, determinando seu arquivamento na Promotoria de Justiça de origem, uma vez que se verificou que a atuação ministerial, embora louvável do ponto de vista de defesa de direitos coletivos relacionados à educação, enquadra-se, precisamente, à prevista no inciso II, do art. 8º, da Resolução nº 174/2017-CNMP, o que afasta a submissão do feito à apreciação e julgamento do E. Colegiado.

1.2.3. Processo nº 000084-111/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Produtores de maniva e tucupi

Origem: 2º PJ do Consumidor

Assunto: Investigação acerca da inadequada industrialização e comercialização de maniva e tucupi.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, uma vez que, o Órgão Ministerial empreendeu diligências bastantes, como a realização de reuniões com os agentes públicos e econômicos vinculados ao setor investigado, bem como expediu recomendações, as quais possibilitaram relativa evolução na qualidade higiênico-sanitária dos produtos produzidos e comercializados no mercado paraense, prevenindo, assim, eventuais riscos à saúde dos consumidores. Desta forma, outro destino não resta ao feito que não seja o seu arquivamento. DECIDIU ainda, encaminhar à Procuradoria Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral, para fins de registro em assentamento funcional, votos de louvor ao Exmo. Promotor de Justiça MARCO AURELIO LIMA DO NASCIMENTO, pela destacada atuação à frente desse Inquérito Civil.

1.2.4. Processo nº 000144-111/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Banco do Estado do Pará - BANPARÁ

Origem: 1º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes da Capital

Assunto: Averiguar denúncia de práticas lesivas aos participantes do Plano Básico de Benefícios da CAFPEB.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, uma vez que, constatou-se que, embora a Representação veicule matéria de natureza consumerista envolvendo uma entidade de Regime Fechado de Previdência Complementar, tal fato não implica a atuação do Ministério Público, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, os contratos previdenciários celebrados com tais entidades não se submetem à incidência do Código de Defesa do Consumidor. Por fim, não se pode ignorar, também, o fato de que, sob a ótica do interesse individual, já houve propositura de ação cível, distribuída, em 03/09/2015, ao Juízo da 7ª Vara Cível e Empresarial de Belém, em que figuram como partes requeridas as reclamadas neste procedimento, e, como parte autora, o Sr. José da Silva Neves, um dos requerentes do PP, o que só reforça o entendimento de que o Ministério Público não possui atribuição para atuar em casos com esta particularidade. Sendo assim, constatou-se que o Ministério Público cumpriu sua missão, não havendo qualquer outra diligência a ser adotada.

1.2.5. Processo nº 004417-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na criação do Projeto de Assentamento Ypiranga, além de conflitos territoriais entre assentados, grileiros e madeireiros, no Município de Trairão.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, considerando que o Órgão Ministerial empreendeu diligências, oficiando aos órgãos públicos federais e estaduais com atribuições na área político-econômica e social do país e, particularmente, do Estado. No entanto, constatou-se a existência de procedimentos extrajudiciais e ações judiciais, tratando dos fatos denunciados. Desta forma, não se vislumbra outro destino ao feito a não ser a confirmação de seu arquivamento.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO:

1.3.1. Processo nº 010298-031/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Origem: 7º PJ de Santarém

Assunto: Averiguar e acompanhar licenciamento ambiental dos empreendimentos a serem instalados no Município de Itaituba e no Distrito de Miritituba.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e, consequentemente, pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, devolvendo-se os autos à Promotoria de Justiça de origem para efeito de arquivamento, nos termos do que dispõe a Súmula nº 002/2017-CSMP, vez que não cabe ao Egrégio Conselho Superior a homologação de Procedimentos Extrajudiciais que tenham sido objeto de ação judicializada.

1.3.2. Processo nº 000182-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Acará

Origem: PJ de Acará

Assunto: Apurar as condições de funcionamento da Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Perpétuo Socorro na localidade Furo do Maracujá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento do feito, determinando seu arquivamento na Promotoria de Justiça de origem como Procedimento Administrativo, segundo consta na Recomendação Conjunta n.º 03/2014-MP/PGJ/CGMP e no art. 8º, inciso II, da Resolução n.º 174/2017-CNMP, haja vista o Órgão Colegiado não ter atribuição para apreciar feitos dessa natureza.